



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE/GO

01 - De acordo com as normas que regem o Direito Civil Brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- a) os menores de 16 anos.
- b) os excepcionais, sem o desenvolvimento mental completo.
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

02 - É nulo o negócio jurídico quando:

- a) por incapacidade relativa do agente;
- b) por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores;
- c) tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- d) todas alternativas acima são falsas.

03 - Segundo o código civil brasileiro a prescrição da ação para pretensão de reparação civil prescreve em:

- a) 01 ano;
- b) 03 anos;
- c) 05 anos;
- d) 10 anos.

04 - Sobre os bens públicos, marque a alternativa falsa:

- a) os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
- b) os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
- c) os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- d) os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

05 - Assinale a opção correta: No estado de necessidade,

- a) a reação contra agressão humana deve ser atual.
- b) a ameaça só pode ser a direito próprio.
- c) pode alegar quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) a situação de perigo pode ter sido provocada por vontade do agente.

06 - Marque a alternativa falsa

- a) o agente que, voluntariamente, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, repara o dano ou restitui a coisa, até o recebimento da denúncia pratica o arrependimento eficaz.
- b) pela legítima defesa o agente pode repelir agressão injusta a direito seu ou de outrem.
- c) extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- d) Admite-se a tentativa, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.

07 - Assinale a alternativa que não interrompe o curso da prescrição:

- a) reincidência;
- b) oferecimento da denúncia ou da queixa;
- c) pronúncia;
- d) decisão confirmatória da pronúncia;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE/GO

08 - Pedro efetuou disparo de arma de fogo contra Paulo. Em seguida, arrependido, o levou até um hospital, onde, apesar de atendido e medicado, veio a falecer. Nesse caso, houve

- a) desistência voluntária;
- b) crime tentado;
- c) crime consumado;
- d) arrependimento posterior.

09 - No tocante à citação

- a) para a validade do processo é dispensável a citação inicial do réu;
- b) será feita apenas no domicílio ou na residência do réu;
- c) quando válida, torna prevento o juízo, induz litispendência, faz litigiosa a coisa e interrompe a prescrição, que retroagirá à data da propositura da ação;
- d) sua falta ou nulidade não podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz.

10 - Quanto à competência é correto afirmar:

- a) argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.
- b) correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que efetuou a citação em primeiro lugar.
- c) em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes;
- d) em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência.

11 - Quanto à extinção do processo é incorreto afirmar que

- a) o fato de o autor deixar, por mais de 30 dias, de atender despacho judicial que determine manifestação sobre as preliminares argüidas pelo réu em contestação, caracteriza a contumácia processual, o que autoriza a extinção do processo sem resolução do mérito.
- b) haverá solução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência;
- c) haverá solução de mérito quando o juiz acolher a alegação de prescrição ou ocorrer a rejeição do pedido do autor;
- d) a ilegitimidade passiva da parte para a causa implica a extinção do processo por carência da ação. A comprovação da inexistência das condições da ação conduz a extinção do processo sem resolução do mérito, que pode ocorrer por provocação da parte ou por iniciativa do juiz a qualquer tempo, enquanto não houver sentença de mérito;

12 - É errado afirmar sobre os atos processuais:

- a) os atos processuais são públicos e é obrigatório o uso do vernáculo;
- b) os atos meramente ordinatórios não podem ser praticados pelo juiz;
- c) os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa;
- d) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório.

13 - Ato pelo qual o juiz, no curso do processo comum ordinário, resolve questão incidente. Trata-se de:

- a) Sentença;
- b) Despacho;
- c) Ato meramente ordinatório;
- d) Decisão interlocutória.

14 - Na ação em que o terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta, essa intervenção no processo se far-se-á por meio do instituto denominado:

- a) chamamento ao processo.
- b) nomeação à autoria.
- c) oposição.
- d) denúncia da lide.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE/GO

15 - São condições da ação:

- a) coisa julgada, competência e representação por advogado;
- b) coisa julgada, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido;
- c) competência, interesse de agir e legitimidade das partes
- d) interesse de agir, possibilidade jurídica do pedido e legitimidade das partes.

16 - Considera-se inepta a petição inicial, dentre outras hipóteses, quando:

- a) A parte for manifestamente ilegítima.
- b) Contiver pedidos incompatíveis entre si.
- c) O autor carecer de interesse processual.
- d) O tipo de procedimento escolhido não corresponder à natureza da causa.

17 - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) a dignidade da pessoa humana.
- b) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) garantir o desenvolvimento nacional.
- d) o pluralismo político.

18 - Segundo a Constituição Federal no inciso XIII do art. 7º, a duração semanal de trabalho normal não será superior a:

- a) 48 horas
- b) 44 horas.
- c) 40 horas.
- d) 30 horas.

19 - Terá competência para processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União, o seguinte órgão do Poder Judiciário:

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Tribunal Regional Federal
- c) Tribunal Superior Eleitoral
- d) Superior Tribunal de Justiça

20 - São princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) legalidade, razoabilidade, moralidade, segurança jurídica e publicidade.
- b) legalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade e eficiência.
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) moralidade, isonomia, eficiência, legalidade e impessoalidade.

21 - De acordo com o CPP o inquérito deverá terminar no:

- a) prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou prazo de 20 dias, quando estiver solto.
- b) prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- a) prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou prazo de 20 dias, quando estiver solto.
- d) prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou prazo de 30 dias, quando estiver solto.

22 - No processo penal, de acordo com o CPP, o prazo para oferecimento da denúncia:

- a) estando o réu preso, será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 10 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- b) estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 10 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- c) estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE/GO

d) estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

23 - Na hipótese de crime cuja execução tenha sido iniciada no território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada:

- a) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- b) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
- c) pela residência ou domicílio do réu.
- d) pelo lugar onde ocorreu a consumação.

24 - A ação penal pública pode ser

- a) promovida somente pelo Ministério Público.
- b) promovida pelo ofendido ou por seu representante legal.
- c) instaurada por portaria da autoridade policial.
- d) instaurada de ofício pelo juiz.

25 - O inquérito policial

- a) não pode correr em sigilo, devendo ser submetido à publicidade que rege o processo penal.
- b) não pode ser instaurado por requisição do Ministério Público.
- c) não pode ser arquivado pela autoridade policial, mesmo se forem insuficientes as provas da autoria do delito.
- d) será encaminhado ao juízo competente desacompanhado dos instrumentos do crime, que serão destruídos na delegacia de origem.

26 - De acordo com o CPP qual é o prazo para o Ministério Público efetuar, caso queira, o aditamento da queixa:

- a) 03 dias, contado da data em que o órgão do MP receber os autos;
- b) 05 dias, contado da data em que o órgão do MP receber os autos;
- c) 10 dias, contado da data em que o órgão do MP receber os autos;
- d) 15 dias, contado da data em que o órgão do MP receber os autos;

27 - A decadência nos crimes de ação penal privada ocorre, segundo disposição do Código de Processo Penal, no prazo de

- a) seis meses contado da data em que o crime foi praticado.
- b) seis meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- c) três meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- d) três meses contado da data em que o crime foi praticado.

28 - Assinale a opção correta com relação ao acusado e seu defensor, conforme o CPP.

- a) Se não há possibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos, deve-se retardar a ação penal, ainda quando certa a identidade física do réu.
- b) O acusado que for foragido da polícia será processado ou julgado sem defensor.
- c) A constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- d) Ao acusado, mesmo que devidamente habilitado nos quadros da OAB, é vedado defender-se a si mesmo.

29 - Sobre as partes e procuradores no Juizado Especial Federal Cível: Marque a alternativa falsa.

- a) a União apenas será parte ré nos juizados especiais federais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE/GO

- b) pode ser parte autora as microempresas, assim definidas na Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, como autoras;
- c) poderá ser parte ré as autarquias, fundações e empresas públicas federais.
- d) O representante legal da pessoa jurídica de direito público, no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, disporá de prazo quádruplo para contestar e prazo em dobro para recorrer.

30 - Nos termos do Artigo 3º da Lei 10259/2011, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de:

- a) 30 salários mínimos.
- b) 40 salários mínimos.
- c) 50 salários mínimos.
- d) 60 salários mínimos.

31 - Incluem-se na competência do Juizado Especial Cível as causas:

- a) que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
- b) sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
- c) para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
- d) sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

32 - Em relação aos Juizados Especiais qual o prazo recursal cabível contra sentença terminativa ou definitiva, nos termos do art. 41 e 42 da Lei 9.099/95)

- a) O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença.
- b) O recurso será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença.
- c) O recurso será interposto no prazo de trinta dias, contados da ciência da sentença.
- d) O recurso será interposto no prazo de sessenta dias, contados da ciência da sentença.

33 - Sobre a citação do executado, segundo a Lei 6.830/80, não é correta a afirmação que:

- a) O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- b) A citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma.
- c) A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal.
- d) Se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital.

34 - De acordo com a Lei 6.830/80, o itens abaixo expressam, fielmente, quais informações deverão constar no Termo de Inscrição de Dívida Ativa, exceto:

- a) O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- b) A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.
- c) A data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa.
- d) O nome e CPF do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros.

35 - Na execução fiscal (lei 6.830/80), não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução, sendo o prazo para sua oposição de

- a) 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora.
- b) 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de intimação da penhora nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE/GO

- c) 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora.
- d) 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de intimação da penhora nos autos.

36 - Segundo a Lei 6.830/80, não é correto afirmar que

- a) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- b) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- c) À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
- d) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição.

37 - O órgão do poder judiciário responsável por dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e Juiz estadual investido de jurisdição federal é:

- a) O Tribunal de Justiça do Estado;
- b) O Tribunal Regional Federal;
- c) O Superior Tribunal de Justiça
- d) O Supremo Tribunal Federal

38 - Sobre as sumulas do STJ, marque a alternativa verdadeira:

- a) Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.
- b) Os créditos das autarquias estaduais preferem aos créditos da Fazenda Nacional desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.
- c) É admissível a chamada progressão “per saltum” de regime prisional.
- d) A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, se aplica a sentenças ilíquidas.

39 - Sobre as Sumulas do STJ marque a alternativa falsa:

- a) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.
- b) É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
- c) A falta de ajuizamento da ação principal no prazo do art. 806 do CPC acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

40 - Sobre as Sumulas do STF marque a alternativa falsa:

- a) Nas causas criminais, o prazo de interposição de recurso extraordinário é de 10 (dez) dias.
- b) A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do tribunal do júri e não do juiz singular.
- c) A prescrição pela pena em concreto é somente da pretensão executória da pena privativa de liberdade.
- d) Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.